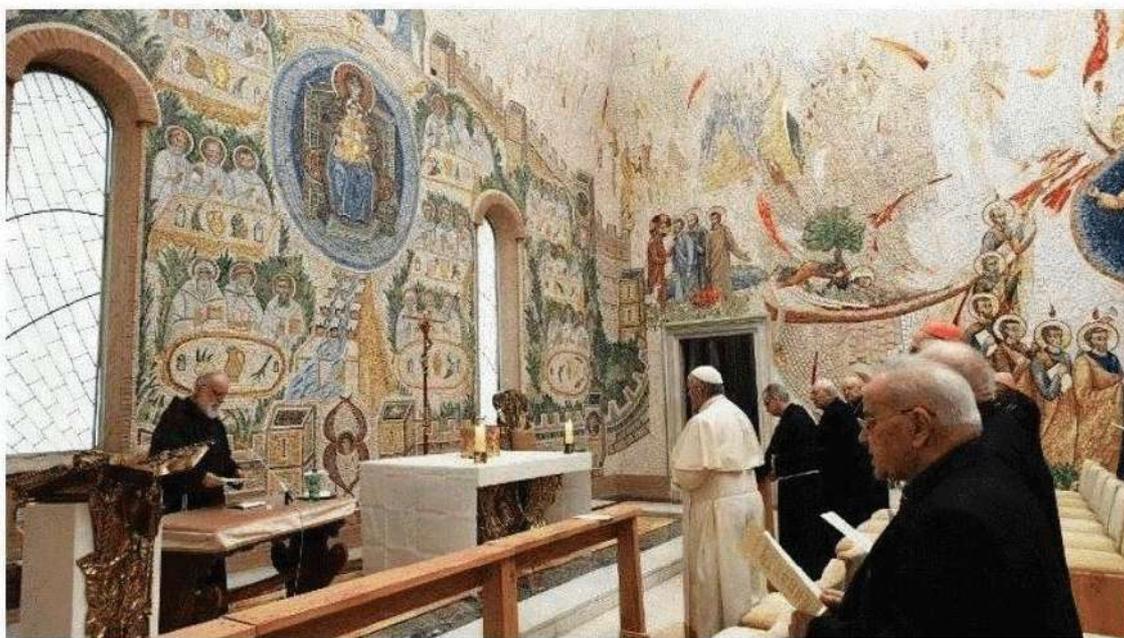


PREGAÇÕES DE QUARESMA

Pelo pregador da Casa Pontifícia, cardeal

Raniero Cantalamessa, OFM Cap



2021

PREGAÇÕES À CÚRIA ROMANA

Quaresma de 2021

A conversão é “uma mudança profunda no modo de conceber as nossas relações com Deus. Exige passar da ideia de um Deus que pede, que ordena, que ameaça, à ideia de um Deus que vem com as mãos cheias para se dar todo a nós”, disse o frei Cantalamessa.

“CONVERTEI-VOS E CREDE NO EVANGELHO!”

Primeira Pregação

Como de costume, dedicamos esta primeira meditação a uma introdução geral ao tempo quaresmal, antes de entrar no tema específico no programa, uma vez concluído o retiro espiritual da Cúria. No Evangelho do primeiro domingo da Quaresma do ano B, ouvimos o anúncio programático com o qual Jesus inicia seu ministério público: “O tempo está cumprido, e o reino de Deus está próximo. Converti-vos e crede no Evangelho!”(Mc 1,15). Vamos meditar sobre este apelo sempre presente de Cristo.

De conversão, fala-se em três momentos ou contextos diversos do Novo Testamento. Cada vez, vem à luz uma sua componente nova. Juntas, as três passagens nos dão uma ideia completa sobre o que é a *metanóia* evangélica. Não está dito que devemos experimentá-las todas as três juntas, com a intensidade. Há uma conversão para cada estação da vida. O importante é que cada um de nós descubra a que serve para si neste momento.

Converti-vos, isto é, crede!

A primeira conversão é aquela que ressoa no início da pregação de Jesus e que está resumida nas palavras: “*Converti-vos e crede no Evangelho*” (Mc 1,15). Procuremos entender o que significa aqui a palavra conversão. Antes de Jesus, converter-se significava sempre um “voltar atrás” (o termo hebraico, *shub*, significa inverter a rota, voltar nos próprios passos). Indicava o ato de quem, a um certo ponto da vida, percebe estar “fora do rumo”. Então se detém, reconsidera; decide voltar à observância da lei e de retornar à aliança com Deus.

A conversão, neste caso, tem um significado fundamentalmente moral e sugere a ideia de algo penoso a se cumprir: mudar costumes, deixar de fazer isso ou aquilo...

Nos lábios de Jesus, este significado muda. Não porque ele se divirta em mudar os significados das palavras, mas porque, com sua vinda, mudaram as coisas.

“Cumpriu-se o tempo, e está próximo o Reino de Deus!”. Converter-se não significa mais voltar atrás, à antiga aliança e à observância da lei, mas significa mais dar um salto adiante e entrar no Reino, agarrar a salvação que veio aos homens gratuitamente, por livre e soberana iniciativa de Deus.

“Arrependei-vos e crede” não significam duas coisas diversas e sucessivas, mas a mesma ação fundamental: convertei-vos, isto é, crede! «Prima conversio fit per fidem», escreveu S. Tomás de Aquino: a primeira conversão consiste em crer[1]. Tudo isso requer uma verdadeira “conversão”, uma mudança profunda no modo de conceber as nossas relações com Deus. Exige passar da ideia de um Deus que pede, que ordena, que ameaça, à ideia de um Deus que vem com as mãos cheias para se dar todo a nós. É a conversão da “lei” à “graça”, tão querida a São Paulo.

“Se não vos converterdes e não vos tornardes como crianças...”

Escutemos agora a segunda passagem em que, no Evangelho, volta a se falar de conversão:

“Naquela hora, os discípulos aproximaram-se de Jesus e perguntaram: ‘Quem é o maior no Reino dos Céus?’ Jesus chamou uma criança, colocou-a no meio deles e disse: ‘Em verdade vos digo, se não vos converterdes e não vos tornardes como crianças, não entrareis no Reino dos Céus’” (Mt 18,1-3).

Esta vez, sim, que converter-se significa voltar atrás, até mesmo a quando se era criança! O próprio verbo usado, *strefo*, indica inversão de marcha. Esta é a conversão de quem já entrou no Reino, acreditou no evangelho, já está há tempos no serviço de Cristo. É a nossa conversão!

O que supõe a discussão sobre quem é o maior? Que a preocupação maior não é mais o reino, mas o próprio lugar nele, o próprio eu. Cada um deles tinha algum título para aspirar a ser o maior: Pedro tinha recebido a promessa do primado;

Judas, a caixa; Mateus podia dizer que tinha deixado mais do que os outros; André, que tinha sido o primeiro a segui-lo; Tiago e João, que estiveram com ele no Tabor... Os frutos desta situação são evidentes: rivalidades, suspeitas, confrontos, frustração.

Jesus, de imediato, tira o véu. Nem como primeiros, deste modo nem se entra no reino! O remédio? Converter-se, mudar completamente perspectiva e direção. A que Jesus propõe é uma verdadeira revolução copernicana. É preciso “descentralizar-se de si mesmo e recentralizar-se em Cristo”.

Jesus fala mais simplesmente de um tornar-se criança. Tornar-se criança, para os apóstolos, significava voltar a como eram no momento do chamado às margens do lago ou no posto de arrecadação: sem pretensões, sem títulos, sem confrontos entre si, sem invejas, sem rivalidades. Ricos apenas de uma promessa (“Farei de vós pescadores de homens”) e de uma presença, a de Jesus; a quando eram ainda companheiros de aventura, não concorrentes pelo primeiro lugar. Também para nós, tornar-se criança significa voltar ao momento em que descobrimos sermos chamados, ao momento da ordenação sacerdotal, da profissão religiosa, ou do primeiro verdadeiro encontro pessoal com Jesus. Quando dizíamos: “Só Deus basta!”, e acreditávamos.

“Não és frio, nem quente”

O terceiro contexto em que recorre, martelante, o convite à conversão, é dado pelas sete cartas às Igrejas do Apocalipse. As sete cartas são dirigidas a pessoas e comunidades que, como nós, vivem há tempos a vida cristã e, ainda mais, exercem nelas uma papel-guia. São endereçadas ao anjo das diversas Igrejas: “Ao anjo da igreja que está em Éfeso”. Não se explica este título senão em referência, direta ou indireta, ao pastor da comunidade. Não se pode pensar que o Espírito Santo atribua a anjos a responsabilidade das culpas e desvios que são denunciados nas diversas igrejas, muito menos que o convite à conversão seja dirigido a anjos ao invés de homens.

Das sete cartas do Apocalipse, a que deve nos fazer refletir mais do que as outras é a carta à Igreja de Laodiceia. Conhecemos seu tom severo: “Conheço as tuas obras. Não és frio, nem quente... porque és morno, nem frio nem quente, estou

para vomitar-te de minha boca... Sê zeloso, pois, e arrepende-te” (Ap 3,15ss).

Aqui, trata-se da conversão da mediocridade e da tibieza.

Na história da santidade cristã, o exemplo mais famoso da primeira conversão, a do pecado à graça, é Santo Agostinho; o exemplo mais instrutivo da segunda conversão, a da tibieza ao fervor, é Santa Teresa d’Ávila. O que ela diz de si em seu *Livro da Vida* é certamente exagerado e ditado pela delicadeza da sua consciência, mas, em todo caso, pode servir a todos nós para um útil exame de consciência.

“Comecei, pois, assim, de passatempo em passatempo, de vaidade em vaidade, de ocasião em ocasião, a pôr novamente em risco a minha alma [...]. As coisas de Deus me davam prazer, e eu não sabia desvencilhar-me daquelas do mundo. Queria conciliar estes dois inimigos entre si e tão contrários: a vida do espírito com os justos e os passatempos dos sentidos”.

O resultado deste estado era uma profunda infelicidade:

“Caía e me reerguia, e me reerguia tão mal que voltava a cair. Eu estava tão por baixo em relação à perfeição, que quase não me dava conta dos pecados veniais, e não temia os mortais como deveria, pois não fugia de seus perigos. Posso dizer que a minha vida era das mais penosas que se possam imaginar, pois eu não me deleitava nem com Deus, nem me sentia contente com o mundo. Quando estava nos passatempos mundanos, o pensamento daquilo que eu devia a Deus me fazia transcorrê-los com pena; e quando estava com Deus, vinham-se a distrair os afetos do mundo”[2].

Muitos poderiam descobrir nesta análise o real motivo da própria insatisfação e descontentamento.

Falamos, portanto, de conversão da tibieza. São Paulo exortava os cristãos de Roma com as palavras: “Não sejais lentos na solícitude, sede fervorosos no espírito” (Rm 12,11). Seria de se replicar: “Mas, caro Paulo, justamente aqui está o problema! Como passar da tibieza ao fervor, se alguém fatalmente aí caiu?”

Nós podemos, pouco a pouco, escorregar na tibieza, como se cai na areia movediça, mas não podemos sair sozinhos, quase puxando-nos pelos cabelos.

Esta nossa objeção nasce do fato de que negligenciamos ou interpretamos mal o acréscimo “no espírito” (*en pneumati*), que o Apóstolo põe na exortação: “sede fervorosos”. Em Paulo, a palavra “Espírito” indica, ou inclui, quase sempre uma

referência ao Espírito Santo. Jamais se trata exclusivamente do nosso espírito ou da nossa vontade, exceto em 1Ts 5,23, onde indica uma componente do homem, ao lado do corpo e da alma.

Somos herdeiros de uma espiritualidade que concebia o caminho de perfeição segundo as três etapas clássicas: via purgativa, via iluminativa e via unitiva. Em outras palavras, é preciso exercitar-se longamente na renúncia e na mortificação, antes de poder experimentar o fervor. Há uma grande sabedoria e uma experiência secular à base de tudo isso, e aí de se pensar que tudo esteja superado. Não, não está superado, mas não é a única via que segue a graça de Deus. Um esquema assim rígido denota uma lenta e progressiva mudança do acento da graça ao esforço do homem. Segundo o Novo Testamento, há uma circularidade e uma simultaneidade, por isso, se é verdade que a mortificação é necessária para chegar ao fervor do Espírito, é também verdade que o fervor do Espírito é necessário para chegar a praticar a mortificação. Uma ascese assumida sem um forte impulso inicial do Espírito seria um esforço morto, e não produziria nada senão “ vaidade da carne”. O Espírito nos é dado para estarmos condições de nos mortificarmos, mais do que como prêmio por termos nos mortificado. “Se, pelo Espírito, matares o procedimento carnal, então vivereis”, escreve o Apóstolo (Rom 8,13),

Esta segunda via que vai do fervor à ascese e à prática das virtudes foi a via que Jesus fez percorrer os seus apóstolos. Escreve o grande teólogo bizantino Cabásilas:

“Os apóstolos e pais da nossa fé tiveram a vantagem de serem instruídos em toda doutrina e, ainda mais, do Salvador em pessoa. [...] Contudo, mesmo tendo conhecido tudo isso, enquanto não foram batizados [em Pentecostes, com o Espírito], não mostraram nada de novo, de nobre, de espiritual, de melhor do que o antigo. Mas quando veio para eles o batismo e o Paráclito irrompeu em suas almas, então se tornaram novos e abraçaram uma vida nova, foram guia para os demais e fizeram arder a chama do amor por Cristo em si nos outros. [...] Do mesmo modo, Deus conduz à perfeição todos os santos vindos depois deles”[3].

Os Padres da Igreja expressavam tudo isso com a sugestiva imagem da “sóbria embriaguez”. O que levou muitos deles a retomar este tema, já desenvolvido por Fílon de Alexandria[4], foram as palavras de Paulo aos Efésios:

“Não vos embriagueis com vinho, que leva ao descontrole, mas enchei-vos do Espírito: entoai juntos salmos, hinos e cânticos espirituais, cantai e salmodiai ao Senhor, de todo o coração” (Ef 5,18-19).

A partir de Orígenes, não se contam os textos dos Padres que ilustram este tema, jogando ora com a analogia, ora com o contraste entre embriaguez material e embriaguez espiritual. Quem, em Pentecostes, confundiu os apóstolos como embriagados, tinha razão – escreve São Cirilo de Jerusalém –; erravam apenas em atribuir tal embriaguez ao vinho comum, enquanto que se tratava do “vinho novo”, obtido a partir da “verdadeira videira” que é Cristo; os apóstolos estavam, sim, embriagados, mas daquela sóbria embriaguez que mata o pecado e dá vida ao coração[5].

Como fazer para retomar este ideal da sóbria embriaguez e encarná-lo na presente situação histórica e eclesial? Onde está escrito, de fato, que um tão “forte” de experimentar o Espírito era prerrogativa exclusiva dos Padres e dos primeiros tempos da Igreja, mas que já não o é mais para nós? O dom de Cristo não é limitado a uma época particular, mas oferecido a toda época. É justamente papel do Espírito tornar universal a redenção de Cristo, disponível a cada pessoa, em cada ponto do tempo e do espaço.

Uma vida cristã cheia de esforços ascéticos e de mortificação, mas sem o toque vivificante do Espírito, pareceria – dizia um antigo Padre – uma Missa na qual fossem lidas tantas leituras, cumprissem-se todos os ritos e levassem tantas ofertas, mas na qual não acontecessem a consagração das espécies por parte do sacerdote. Tudo permaneceria o que era antes, pão e vinho.

“Assim – concluía esse Padre – é também para o cristão. Se também ele tiver cumprido perfeitamente o jejum e a vigília, a salmodia e toda a ascese e toda virtude, mas não se cumpriu, pela graça, no altar do seu coração, a mística operação do Espírito, todo este processo ascético será incompleto e quase em vão, porque ele não tem a exultação do Espírito misticamente operante no coração”[6].

Quais são os “lugares” onde o Espírito age hoje desta maneira pentecostal? Escutemos a voz de Santo Ambrósio, que foi o cantor por excelência, entre os Padres latinos, da sóbria embriaguez do Espírito. Após ter recordado os dois “lugares” clássicos onde sorver o Espírito – a Eucaristia e as Escrituras –, ele acena a uma terceira possibilidade. Diz:

“Há também uma outra embriaguez que se opera por meio da penetrante chuva do Espírito Santo. Foi assim que, nos Atos dos Apóstolos, aqueles que falavam em línguas diversas pareciam aos ouvintes como se estivessem cheios de vinho”[7].

Após ter recordado os meios “ordinários”, Santo Ambrósio, com estas palavras, acena a um meio diverso, “extraordinário”, no sentido de que não é determinado antecipadamente, não é algo instituído. Consiste em reavivar a experiência que os apóstolos fizeram no dia de Pentecostes. Ambrósio certamente não queria apontar para esta terceira possibilidade, para dizer aos ouvintes que esta era excluída para eles, sendo reservada apenas aos apóstolos e à primeira geração de cristãos. Ao contrário, ele deseja estimular os seus fiéis a fazer a experiência daquela “chuva penetrante do Espírito” que se verificou em Pentecostes. É o que São João XXIII se repropunha com o Concílio Vaticano II: um “novo Pentecostes” para a Igreja.

Portanto, para nós há a possibilidade de sorver o Espírito por esta nova via, dependente unicamente da livre e soberana iniciativa de Deus. Um dos modos em que se manifesta aos nossos dias este modo de agir do Espírito para além dos canais institucionais da graça é o chamado “batismo no Espírito”. Aceno a ele nesta sede sem qualquer intenção de proselitismo, apenas para responder à exortação que o Papa Francisco dirige aos adeptos da Renovação Carismática Católica para compartilhar com todo o povo de Deus esta “corrente de graça” que se experimenta no batismo do Espírito.

A expressão “Batismo no Espírito” procede do próprio Jesus. Referindo-se à próxima Pentecostes, antes de subir ao céu, ele disse aos seus apóstolos: “João batizou com água; vós, porém, dentro de poucos dias, sereis batizados com o Espírito Santo” (At 1,5). Trata-se de um rito que não tem nada de exotérico, mas é feito mais de gestos de grande simplicidade, calma e alegria, acompanhados de posturas de humildade, arrependimento, disponibilidade em se tornar crianças.

É uma renovação e uma atualização não apenas do batismo e da crisma, mas de toda a vida cristã: para os casados, do sacramento do matrimônio, para os sacerdotes, da sua ordenação, para os consagrados, da sua profissão religiosa. O interessado para tal se prepara, além de uma boa confissão, participando de encontros de catequese, nos quais se põe em um contato vivo e alegre com as principais verdades e realidades da fé: o amor de Deus, o pecado, a salvação, a vida nova, a transformação em Cristo, os carismas, os frutos do Espírito. O fruto mais frequente e mais importante é a descoberta do que significa ter “uma relação pessoal” com Jesus ressuscitado e vivo. Na compreensão católica, o batismo no Espírito não é um ponto de chegada, mas um ponto de partida rumo à maturidade cristã e ao compromisso eclesial.

É justo esperar que todos passem por esta experiência? É ela o único modo possível para experimentar a graça de um renovado Pentecostes, desejada pelo Concílio? Se, por batismo no Espírito, pensarmos em um certo rito, em um certo contexto, devemos responder que não; certamente, não é o único modo para fazer uma experiência forte do Espírito. Houve e há inúmeros cristãos que fizeram uma experiência análoga, sem nada saber do batismo no Espírito, recebendo um evidente incremento de graça e uma nova unção do Espírito após um retiro, um encontro, uma leitura. Até um curso de exercícios espirituais pode muito bem se concluir com uma especial invocação do Espírito Santo, se quem orienta fez uma experiência e os participantes o desejarem. O segredo é dizer uma vez “Vinde, Santo Espírito”, mas dizê-lo com todo o coração, deixando o Espírito livre para vir da maneira que ele quiser, não como gostaríamos que ele viesse, possivelmente sem mudar nada em nossa maneira de viver e orar.

O “batismo no Espírito” tem se revelado um meio simples e potente para renovar a vida de milhões de fiéis em quase todas as Igrejas cristãs. Não se pode contar as pessoas que eram cristãs só de nome e, graças a essa experiência, tornaram-se cristãs de fato, dedicadas à oração de louvor e aos sacramentos, ativas na evangelização e prontas a assumir encargos pastorais na paróquia. Uma verdadeira conversão da tibieza ao fervor! É o caso de dizer a nós mesmos o que Agostinho repetia a si mesmo, quase com desdém, ao escutar histórias de homens e mulheres que, em seu tempo, abandonavam o mundo para se dedicar

a Deus: “*Si isti et istae, cur non ego?*”[8]: Se estes e estas, por que também não eu?

Peçamos à Mãe de Deus que nos obtenha a graça que obteve do Filho em Caná da Galileia. Por sua oração, naquela ocasião, a água se converteu em vinho.

Peçamos que, por sua intercessão, a água da nossa tibieza se converta no vinho de um renovado fervor. O vinho que em Pentecostes provocou nos apóstolos a embriaguez do Espírito e os tornou “fervorosos no Espírito”.

Traduzido do italiano por P. Ricardo Faria, ofmcap

NOTAS

[1] S. Tomás, S.Th, I-IIae, q. 113, a. 4.

[2] Cf. Teresa d’Ávila, *Livro da Vida*, cc. 7-8.

[3] Cf. N. Cabásilas, *Vita in Cristo*, II,8: PG 150,552ss.

[4] Cf. Filon de Alexandria, *Legum allegoriae*, I,84 (*methē nefalios*).

[5] Cf. S. Cirilo de Jerusalém, *Cat.* XVII,18-19 (PG 33, 989).

[6] Cf. Macário do Egito, in *Filocalia*, 3, Torino 1985, p. 325).

[7] Cf. Santo Ambrósio, *Com. ao Salmo* 35,19.

[8] Santo Agostinho, *Confissões*, VIII, 8,19.

“QUEM DE VÓS PODE ACUSAR-ME DE PECADO?”

Jesus Cristo, “verdadeiro homem”

Segunda Pregação

"O pensamento moderno, iluminista, nasce sob o signo da máxima de viver “etsi Deus non daretur”, como se Deus não existisse. O pastor Dietrich Bonhoeffer retomou esta máxima, buscando dar-lhe um conteúdo cristão positivo. Nas suas intenções, não era uma concessão ao ateísmo, mas um programa de vida espiritual: fazer o próprio dever também quando Deus parecer ausente; em outras palavras, não fazer dele um Deus – tapa-buracos, sempre pronto a intervir onde o homem falhou.

Também nesta versão, a máxima é discutível e foi, justamente, contestada. Mas a nós, neste momento, ela interessa por outra razão. Existe um perigo mortal para a Igreja, e é o de viver “etsi Christus non daretur”, como se Cristo não existisse. É o pressuposto com o qual o mundo e seus meios de comunicação falam todo o tempo da Igreja. Dela, interessam a história (sobretudo a negativa, não a da santidade), a organização, o ponto de vista sobre os problemas do momento, os fatos e as fofocas dentro dela. Raramente se encontra mencionada a pessoa de Jesus. Há alguns anos, foi proposta – e ainda vigora em alguns países – a ideia de uma possível aliança entre fiéis e não fiéis, baseada nos valores civis e éticos comuns, nas raízes cristãs da cultura e assim por diante. Um pacto, em outras palavras, não baseado no que aconteceu no mundo com a vinda de Cristo, mas no que aconteceu em seguida, depois dele.

A isso se acrescenta um fato objetivo, infelizmente, inevitável. Cristo não entra em questão em nenhum dos três diálogos mais vivazes em curso hoje, entre a Igreja e o mundo. Não entra no diálogo entre fé e filosofia, porque a filosofia se ocupa de conceitos metafísicos, não de realidades históricas, como é a pessoa de Jesus de Nazaré; não entra no diálogo com a ciência, com a qual se pode unicamente discutir sobre a existência ou não de um Deus criador e de um projeto inteligente abaixo da evolução; não entra, enfim, no diálogo inter-religioso, onde se ocupa do que as religiões podem fazer juntas, em nome de Deus, pelo bem da humanidade.

Na preocupação – além do mais, justíssima – de responder às exigências e provocações da história e da cultura, nós corremos o perigo mortal de nos comportarmos, também nós, fiéis, “etsi Christus non daretur”. Como se fosse possível falar da Igreja prescindindo de Cristo e do seu Evangelho. Tocaram-me fortemente as palavras pronunciadas pelo Santo Padre na Audiência Geral de 25 de novembro passado. Dizia – e se entendia pelo tom que isso o tocava profundamente –:

Aqui [nos Atos dos Apóstolos, 2,42] encontramos quatro características essenciais da vida eclesial: primeira, a escuta do ensinamento dos apóstolos; segunda, a salvaguarda da comunhão recíproca; terceira, a fração do pão; e

quarta, a oração. Elas lembram-nos que a existência da Igreja tem sentido, se permanecer firmemente unida a Cristo, isto é, na comunidade, na sua Palavra, na Eucaristia e na oração. É o modo de nos unirmos a Cristo (...). A pregação e a catequese dão testemunho das palavras e dos gestos do Mestre; a busca constante da comunhão fraterna preserva dos egoísmos e dos particularismos; a fração do pão realiza o sacramento da presença de Jesus no meio de nós: Ele nunca estará ausente, na Eucaristia é precisamente Ele, Ele vive e caminha conosco. E por fim, a oração, que é o espaço do diálogo com o Pai, através de Cristo no Espírito Santo. Na Igreja, tudo o que cresce fora destas “coordenadas” está desprovido de fundamento.

As quatro coordenadas da Igreja, como se vê, reduzem-se, nas palavras do papa, a uma só: permanecer ancorada em Cristo. Tudo isso fez nascer em mim o desejo de dedicar estas meditações quaresmais à pessoa de Jesus Cristo. Tive que superar, eu mesmo por primeiro, uma objeção. Um olhar no índice dos documentos do Vaticano II, no verbete “Jesus Cristo”, ou uma rápida passagem pelos documentos pontifícios dos últimos anos, fala-nos dele infinitamente mais do que podemos dizer nestas breves meditações quaresmais. Qual é, então, a utilidade de escolher este tema? É que aqui se falará somente dele, como se existisse só ele, e valesse a pena se ocupar só dele (o que é, definitivamente, a verdade!).

Podemos fazê-lo porque não somos constrangidos, como é o Magistério, a nos ocuparmos também de outras questões: dos problemas pastorais, daqueles éticos, sociais, ambientais, neste momento, dos problemas criados pela pandemia. Ai se fizer, naturalmente, somente o que fazemos aqui, mas ai se jamais o fizer. Da minha experiência com a televisão, aprendi uma coisa. Existem vários modos de enquadrar um objeto. Há o “plano total”, no qual se enquadra quem fala com tudo o que o circunda; há o “primeiro plano”, no qual se enquadra somente a pessoa que fala; há, enfim, o chamado “primeiríssimo plano”, no qual se enquadra apenas o rosto, ou mesmo somente os olhos de quem fala. Eis o que, nestas meditações, nós propomos em fazer, com a ajuda de Deus, primeiríssimos planos sobre a pessoa de Jesus Cristo.

O nosso intuito não é apologético, mas espiritual. Em outras palavras, não falamos para convencer os outros, os não fiéis, mas para que ele se torne sempre mais realmente o Senhor da nossa vida, o nosso tudo, ao ponto de nos sentirmos também nós, como o Apóstolo, “alcançados por Cristo” (Fl 3,12) e poder dizer com ele – ao menos como desejo – “Para mim, de fato, o viver é Cristo” (Fl 1,21). A pergunta que nos acompanhará não será, portanto: “Que lugar Jesus ocupa hoje no mundo ou na Igreja?”, mas: “Que lugar Jesus ocupa na minha vida?”. Será isto, além de tudo, o melhor meio para estimular outros a se interessarem por Cristo, isto é, o modo mais eficaz de fazer evangelização.

Mas, primeiramente, um esclarecimento. De qual Cristo pensamos falar? Existem, de fato, diversos “Cristos”: há o Cristo dos historiadores, dos teólogos, dos poetas, existe até mesmo o Cristo dos ateus[1]. Falamos do Cristo dos Evangelhos e da Igreja. Mais precisamente, do Cristo do dogma católico que o Concílio de Calcedônia de 451 definiu em termos que, de vez em quando, é voltar a escutar, ao menos em parte, no texto original:

Na sequência dos santos Padres, ensinamos unanimemente que se confesse um só e mesmo Filho, nosso Senhor Jesus Cristo,

igualmente perfeito na divindade e perfeito na humanidade, sendo o mesmo verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem, composto duma alma racional e dum corpo, consubstancial ao Pai pela sua divindade, consubstancial a nós pela sua humanidade, “semelhante a nós em tudo, menos no pecado” (...).

Um só e mesmo Cristo, Senhor, Filho Único, que devemos reconhecer em duas naturezas (...).

A diferença das naturezas não é abolida pela sua união; antes, as propriedades de cada uma são salvaguardadas e reunidas numa só pessoa e numa só hipóstase.

Podemos falar de um triângulo dogmático sobre Cristo: os dois lados são a humanidade e a divindade de Cristo, e o vértice, a unidade da sua pessoa.

O dogma cristológico não quer ser uma síntese de todos os dados bíblicos, uma espécie de destilado que encerra em si toda a imensa riqueza das afirmações relativas a Cristo que se leem no Novo Testamento, reduzindo o tudo à sucinta e árida fórmula: “duas naturezas, uma pessoa”. Se assim fosse, o dogma seria tremendamente redutivo e até perigoso. Mas não é assim. A Igreja crê e prega de Cristo tudo o que o Novo Testamento afirma dele, sem exceção. Mediante o dogma, buscou somente traçar um quadro de referência, estabelecer uma espécie de “lei fundamental” que toda afirmação sobre Cristo deve respeitar. Tudo o que se diz de Cristo deve, assim, respeitar esse dado certo e indiscutível, isto é: que ele é Deus e homem ao mesmo tempo; melhor, na mesma pessoa.

Os dogmas são “estruturas abertas” (Bernhard Lonergan), prontas para acolher tudo o que de novo e genuíno que cada época descobre na palavra de Deus, em torno daquelas verdades que eles pretenderam definir, não encerrar. São abertos a evoluir a partir de seu interior, desde que sempre “no mesmo sentido e na mesma linha”. Isto é, sem que a interpretação dada em uma época contradiga a da época precedente. Aproximar-se de Cristo pela via do dogma não significa, por isso, resignar-se em repetir exaustivamente sempre as mesmas coisas sobre ele, talvez mudando apenas as palavras. Significa ler a Escritura na Tradição, com os olhos da Igreja, isto é, lê-la de modo sempre antigo e sempre novo.

Cristo homem perfeito

Vejam o que significa tudo isso, aplicado ao dogma da perfeita humanidade de Cristo, que é o “primeiríssimo plano” que queremos lançar sobre Jesus nesta meditação.

Durante a vida terrena de Jesus, ninguém jamais pensou em pôr em dúvida a realidade da humanidade de Cristo, isto é, o fato de que ele fosse realmente um homem como os outros. Quando fala da humanidade de Jesus, o Novo Testamento se mostra interessado mais pela santidade dela, que da verdade ou realidade dela, mais do que pela sua perfeição moral do que pela sua completude ontológica.

No momento do Concílio de Calcedônia, esta ideia da humanidade de Cristo não mudou, mas a atenção não é mais sobre ela. Contra a heresia Docetista, a Igreja teve que afirmar que Cristo tivera uma verdadeira carne humana; contra a heresia Apolinarianista, que tivera também uma alma humana, e contra a heresia Monotelista, deverá combater mais tarde, no VII século, para fazer reconhecer a existência em Cristo também de uma vontade e, portanto, de uma liberdade, realmente humana. Por causa das heresias acenadas, todo o interesse pelo Cristo “homem” se move do problema da novidade, ou santidade, de tal humanidade, ao da sua verdade ou completude ontológica.

O Novo Testamento, eu dizia – não está interessado tanto em afirmar que Jesus é um homem “verdadeiro”, mas que é o homem “novo”. Ele é definido por São Paulo “o último Adão” (eschatos), isto é, “o homem definitivo” (cf. 1Cor 15,45ss.; Rm 5,14). Cristo revelou o homem novo, aquele “criado à imagem de Deus, em justiça e santidade da verdade” (Ef 4,24; cf. Cl 3,10). Jesus Cristo é “o Santo de Deus”: assim, ele é solenemente proclamado em dois momentos da sua vida terrena (...). Jesus não é tanto o homem que se assemelha a todos os outros homens, quanto o homem ao qual todos os outros devem se assemelhar. Somente dele se deve dizer o que os filósofos gregos diziam do homem em geral, isto é, que ele é “a medida de todas as coisas”!

Uma vez posto a salvo o dado dogmático e ontológico da perfeita humanidade de Cristo, hoje nós podemos voltar a valorizar este dado bíblico primário. Devemos fazê-lo também por um outro motivo. Ninguém hoje nega que Jesus tenha sido um homem, como faziam os docetistas e os outros negadores da plena humanidade de Cristo. Assiste-se, antes, a um fenômeno estranho e inquietante: a “verdadeira” humanidade de Cristo é afirmada em tática alternativa à sua divindade, como uma espécie de contrapeso.

É uma espécie de corrida geral para quem se lança mais à frente em afirmar a “plena” humanidade de Jesus de Nazaré, até a atribuir-lhe não apenas o sofrimento, a angústia, a tentação, mas também a dúvida e até mesmo a possibilidade de cometer erros. Assim o dogma de Jesus “verdadeiro homem” se tornou ou uma verdade pressuposta que não incomoda e não inquieta ninguém; pior, uma verdade perigosa que serve para legitimar, ao invés de contestar, o pensamento secular. Afirmar a plena humanidade de Cristo é hoje como avançar por uma porta aberta.

A santidade de Cristo

Dediquemos, portanto, o resto do tempo à nossa disposição para contemplar (é a palavra justa) a santidade de Cristo, a deixarmo-nos deslumbrar, antes de tirar dela qualquer consequência operativa. É este o “primeiríssimo plano” sobre Jesus que queremos fazer nesta meditação: deixar-nos fascinar pela infinita beleza de Cristo, o “mais belo entre os filhos dos homens”.

A observação dos evangelhos nos faz ver que a santidade de Jesus não é somente um princípio abstrato, ou uma dedução metafísica, mas é uma santidade real, vivida momento por momento e nas situações mais concretas da vida. As Bem-aventuranças, para dar um exemplo, não são apenas um belo

programa de vida que Jesus traça para os outros; é a sua própria vida e a sua experiência que ele desvela aos discípulos, chamando-os a entrar na sua mesma esfera de santidade. As Bem-aventuranças são o autorretrato de Jesus.

Ele ensina o que faz; por isso, pode dizer: “Aprende de mim, porque sou manso e humilde de coração” (Mt 11,29). Ele diz para perdoar os inimigos, mas nos impulsiona, ele mesmo, a perdoar até aqueles que o estão crucificando, com as palavras: “Pai, perdoa-lhes! Eles não sabem o que fazem” (Lc 23,34). Não é, de resto, este ou aquele episódio que se presta para ilustrar a santidade de Jesus, mas cada ação, cada palavra saída de sua boca.

Ao lado deste elemento positivo que consiste na constante e absoluta adesão à vontade do Pai, a santidade de Cristo também apresenta um elemento negativo, que é a absoluta falta de todo pecado: “Quem de vós pode acusar-me de pecado?”, diz Jesus aos seus adversários (Jo 8,46). Sobre este ponto, temos um coro unânime de testemunhos apostólicos: “Aquele que não conheceu pecado” (2Cor 5,21); “ele não cometeu pecado algum, nenhum engodo foi encontrado em sua boca” (1Pd 2,22); “ele mesmo foi tentado em tudo, à nossa semelhança, sem todavia pecar” (Hb 4,15); “tal precisamente o sumo sacerdote que nos convinha: santo, inocente, sem mancha, separado dos pecadores” (Hb 7,26). João, na primeira carta, não se cansa de proclamar: “Ele é puro...; nele, não há pecado...; ele é justo” (1Jo 3,3-7).

A consciência de Jesus é um cristal transparente. Jamais, ainda que mínima admissão de culpa, ou pedido de desculpas ou de perdão, nem diante de Deus, nem dos homens. Sempre a tranquila certeza de estar na verdade e justiça, de ter agido bem; que é completamente diferente da presunção humana de justiça. Nenhum outro personagem da história ousou dizer de si a mesma coisa.

Uma tal ausência de culpa – e de admissão de culpa! – não está ligada a esta ou àquela passagem ou frase do evangelho, de cuja historicidade se possa duvidar, mas transpira de todo o evangelho. É um estilo de vida que se reflete em tudo. Pode-se buscar nas brechas mais estreitas dos evangelhos e o resultado é sempre o mesmo. Não basta, para explicar tudo isso, a ideia de uma humanidade excepcionalmente santa e exemplar. Esta, de fato, seria até desmentido por aquilo. Uma tal segurança, uma tal exclusão de pecado, como aquela que se nota em Jesus, indicaria sim uma humanidade excepcional, mas excepcional no orgulho, não na santidade. Uma consciência assim feita ou é em si mesma o maior pecado jamais cometido, maior do que o de Lúcifer, ou então é a pura verdade. A ressurreição de Cristo é a prova concreta de que era a pura verdade.

“Santificados em Cristo Jesus”

Passemos, agora, a ver o que a santidade de Cristo significa para nós. E aqui nos vem encontro imediatamente uma boa notícia. Há, de fato, uma boa notícia, um alegre anúncio, também a propósito da santidade de Cristo. Não é tanto que Jesus é o Santo de Deus, ou o fato de que também nós devemos ser santos e imaculados. Não, a alegre surpresa é que Jesus comunica, doa, presenteia-nos a

sua santidade. Que a sua santidade é também a nossa. E mais: que ele mesmo é a nossa santidade.

Cada pai humano pode transmitir aos filhos o que tem, mas não o que é. Se for um artista, um cientista, ou também um santo, não é certo que os filhos nasçam também eles artistas, cientistas ou santos. Ele pode, no máximo, ensinar-lhes, dar-lhes um exemplo, mas não os transmitir quase como por herança. Jesus, ao invés, no batismo, não somente nos transmite o que tem, mas também o que é. Ele é santo e nos faz santos; é Filho de Deus e nos faz filhos de Deus.

Reafirma-o também o Vaticano II: “Os seguidores de Cristo, chamados por Deus e justificados no Senhor Jesus, não por merecimento próprio, mas pela vontade e graça de Deus, são feitos, pelo Batismo da fé, verdadeiramente filhos e participantes da natureza divina e, por conseguinte, realmente santos” (LG, n. 40). A santidade cristã, antes que um dever, é um dom.

O que fazer para acolher este dom e o que fazer dele, por assim dizer, uma experiência vivida e não apenas acreditada? A primeira e fundamental resposta é a fé. Não uma fé qualquer, mas a fé mediante a qual nos apropriamos do que Cristo adquiriu para nós. A fé que dá o golpe de audácia e o que faz dar o golpe de mestre à nossa vida cristã. Paulo escreveu: “Cristo Jesus (...) o qual se tornou para nós, da parte de Deus, sabedoria, justiça, santificação e redenção, para que, como está escrito, ‘quem se gloria, no Senhor se glorie’” (1Cor 1,30-31). O que Cristo se tornou “para nós” – justiça, santidade e redenção – pertence-nos; é mais nosso do que se o tivéssemos feito nós! “Pois como não pertencemos mais a nós mesmos, mas a Cristo que nos readquiriu a um alto preço, daí segue-se que – escreve o grande mestre bizantino Cabásilas – o que é de Cristo nos pertence, é mais nosso do que aquilo que provém de nós[2].

Jamais me canso de repetir, a este respeito, o que escreveu São Bernardo:

Eu, na verdade, tomo confiantemente para mim (no original, usurpo!), das vísceras do Senhor, o que me falta, porque elas transbordam de misericórdia. (...) O meu mérito, portanto, é a misericórdia do Senhor. Certamente, não serei privado de mérito enquanto o Senhor não for privado de misericórdia. Se as misericórdias do Senhor são muitas, também eu sou muito grande no que se refere aos méritos. (...) Cantarei talvez a minha justiça? “Senhor, quero lembrar-me só da tua justiça” (cf. Sl 71,16). Esta, na verdade, é também minha; porque te fizeste para mim justiça da parte de Deus (cf. 1Cor 1,30)[3].

Não devemos nos resignar em morrer antes de ter feito, ou renovado, esta espécie de “ataque surpresa”, a nós sugerida por São Bernardo. Este santo atrevimento! São Paulo frequentemente exorta os cristãos a se “despojarem do homem velho” e se “vestirem de Cristo”[4]. A imagem do despir-se e revestir-se não indica uma operação somente ascética, consistente no abandonar certos “hábitos” e substituí-los por outros, isto é, no abandonar os vícios e adquirir as virtudes. É primeiramente uma operação a ser feita mediante a fé. Em um momento de oração, neste tempo de Quaresma, alguém se põe diante do Crucifixo e, com um ato de fé, entrega-lhe todos os próprios pecados, a própria miséria passada e presente, como quem se despoja e joga no fogo os próprios trapos sujos; depois se reveste da justiça que Cristo adquiriu para ele. Diz, como o publicano no templo: “Meu Deus, sê propício para mim, que sou pecador!”, e volta para casa “justificado” (cf. Lc 18,13-14).

Alguns Padres da Igreja encerraram em uma imagem este grandioso segredo da vida cristã. Imagine, dizem, que tenha acontecido, no estádio, uma épica luta. Um valoroso enfrentou o cruel tirano que mantinha cativa a cidade e, com imensa fadiga e sofrimento, venceu-o. Você estava abrigado, não combateu, não labutou nem teve feridas. Mas, se admira o valoroso, se se alegra com ele pela sua vitória, se lhe trança coroas, se anima e estimula a assembleia pro ele, se se inclina com alegria ao triunfante, beija-lhe a fronte e lhe aperta a mão; enfim, se assim delira por ele, a ponto de considerar com sua a vitória, eu lhe digo que certamente terá parte no prêmio do vencedor.

Mas há ainda mais: suponha que o vencedor não tenha nenhuma necessidade do prêmio conquistado para si, mas você deseja, mais que tudo, ver honrado o seu artífice e considera como prêmio do seu combate a coroação do amigo, neste caso, aquele homem talvez não receberá a coroa, ainda que não tenha fadigado nem se ferido? Claro que a receberá! Assim, dizem esses Padres, acontece entre Cristo e nós. É ele o valoroso que, na cruz, venceu o grande tirano do mundo e nos restituiu a vida[5]. De nós, espera-se que não sejamos “espectadores” distraídos por tanta dor e tanto amor. Escreve São João Crisóstomo:

Nós não ensanguentamos as armas, não estivemos no combate, não fomos feridos nem vimos a luta; no entanto, alcançamos a vitória. O combate foi do Senhor e a coroa foi nossa. Ora, como a vitória também é nossa, imitemos os soldados e cantemos hoje, com vozes alegres, os louvores e cânticos da vitória. Digamos, louvando o Senhor[6].

Naturalmente, nem tudo termina aqui. Da apropriação, devemos passar à imitação. O texto do Concílio recordado sobre a santidade como dom, prossegue dizendo: “É necessário, portanto, que, com o auxílio divino, conservem e aperfeiçoem, vivendo-a, esta santidade que receberam. O Apóstolo admoesta-os a que vivam ‘como convém a santos’ (Ef 5,3), ‘como eleitos de Deus, santos e amados, se vistam de sentimentos de compaixão, com bondade, humildade, mansidão e paciência’ (Cl 3,12) e alcancem os frutos do Espírito para a santificação (cf. Gl 5,22; Rm 6,22)”.

Mas temos tantas outras ocasiões para falar e ouvir falar do dever de imitar Cristo e cultivar as virtudes, que, por uma vez, é bom nos determos aqui. Também porque se não dermos aquele primeiro salto na fé que nos abre à graça de Deus, jamais iremos muito longe na imitação. “Não se chega das virtudes à fé – dizia São Gregório Magno –, mas da fé às virtudes”[7].

Se não quisermos nos despedir sem ao menos um pequeno propósito prático, eis aqui um que pode nos ajudar. A santidade de Jesus consistia em fazer sempre o que agradava ao Pai. “Eu sempre faço – dizia – o que é do seu agrado” (Jo 8,29). Tentemos nos perguntar o mais frequente que pudermos, diante de toda decisão a se tomar e toda resposta a dar: “Qual é, no caso presente, a coisa que Jesus gostaria que eu fizesse?” e fazê-la sem adiar. Saber qual é a vontade de Jesus é mais fácil que saber, em abstrato, qual é “a vontade de Deus” (ainda que as duas coincidam de fato). Para conhecer a vontade de Jesus, não devemos fazer outra coisa senão recordar o que diz no Evangelho. O Espírito Santo está ali, pronto para nos recordá-lo.”

NOTAS

- [1] Cf. Milan Machovec, *Gesú per gli atei*, Cittadella Editrice, Assisi 1973.
- [2] Cf. N. Cabásilas, *Vida em Cristo*, IV,6 (PG 150,613).
- [3] Cf. Bernardo de Claraval, *Sermões sobre o Cântico dos Cânticos*, 61,4-5 (PL 183, 1072).
- [4] Cf. Cl 3,9; Rm 13,14; Gl 3,27; Ef 4,24.
- [5] Cf. N. Cabásilas, *Vida em Cristo*, 5 (PG 150, 516ss.).
- [6] João Crisóstomo, *De coemeterio et de cruce* (PG, 49,396).
- [7] Cf. S. Gregório Magno, *Homilia sobre Ezequiel*, II,7 (PL 76, 1018).

“E VÓS, QUEM DIZEIS QUE EU SOU?”

Jesus Cristo “verdadeiro Deus”

Terceira Pregação

Recordemos brevemente o tema e o espírito destas meditações quaresmais. Propusemo-nos em reagir à tendência difundidíssima de falar da Igreja “etsi Christus non daretur”, como se Cristo não existisse, como se fosse possível entender tudo dela, prescindindo dele. Propusemo-nos, porém, em reagir a isso de um modo diverso do habitual: não buscando convencer o mundo e seus meios de comunicação de erro, mas renovando e intensificando a nossa fé em Cristo. Não em chave apologética, mas espiritual.

Para falar de Cristo, escolhamos a via mais segura, que é a do dogma: Cristo verdadeiro homem, Cristo verdadeiro Deus, Cristo uma só pessoa. Aquela do dogma é uma via por nada velha e ultrapassada. “A terminologia dogmática da Igreja primitiva – escreveu Kierkegaard, um dos maiores representantes do pensamento moderno existencialista – é como um castelo encantado, onde repousam em um sono profundo os príncipes e as princesas mais graciosos. Basta apenas despertá-los, para que se levantem em toda a sua glória”[1]. Assim, trata-se justamente disso: de despertar os dogmas, de infundir neles vida, como quando o Espírito entrou nos ossos ressequidos vistos por Ezequiel e “eles viveram e se puseram de pé” (Ez 37,10). Na vez passada, buscamos fazer isso, em relação ao dogma de Jesus “verdadeiro homem”; hoje, queremos fazê-lo com o dogma de Cristo “verdadeiro Deus”.

O dogma de Cristo “verdadeiro Deus”

Em 111 ou 112 depois de Cristo, Plínio, o Jovem, governador da Bitínia e do Ponto, escreveu uma carta ao Imperador Trajano, pedindo-lhe indicações sobre como se comportar nos processos instaurados contra os cristãos. Segundo as informações tomadas – escreve ao Imperador – “toda a sua culpa ou erro consistia em se reunirem habitualmente em um dia estabelecido antes da aurora e entoar, em coros alternados, um hino a Cristo como a um Deus”: *carmen Christo quasi Deo dicere*[2]. Estamos na Ásia Menor, há poucos anos da morte do último apóstolo, João, e os cristãos proclamam já no canto a divindade de Cristo! A fé na divindade de Cristo nasce com o nascer da Igreja.

Mas o que é desta fé hoje? Façamos, primeiramente, uma breve reconstrução da história do dogma da divindade de Cristo. Ele foi sancionado solenemente no Concílio de Niceia de 325, com as palavras que repetimos no Credo: “Creio em um só Senhor, Jesus Cristo... Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado, não criado, consubstancial ao Pai”. Para além dos termos usados, o sentido profundo da definição de Niceia – como se deduz de Santo Atanásio, que foi sua testemunha e intérprete mais fidedigno – era que, em toda língua e em toda época, Cristo deve ser reconhecido como Deus no sentido mais forte e mais alto que a palavra “Deus” tem em determinada língua e cultura, e não em qualquer outro sentido derivado e secundário.

Foi preciso quase um século de assentamento antes que esta verdade fosse recebida, na sua radicalidade, por toda a cristandade. Uma vez superados os refluxos de arianismo devidos à chegada de povos bárbaros que tinham recebido a primeira evangelização dos heréticos (Godos, Visigodos e Longobardos), o

dogma se tornou patrimônio pacífico de toda a cristandade, seja oriental como ocidental.

A Reforma Protestante o manteve intacto, e mais, aumentou sua centralidade; contudo, inseriu nele um elemento que, mais tarde, dará margem a prolongamentos negativos. Para reagir ao formalismo e ao nominalismo que reduziam os dogmas a exercícios de virtuosismo especulativo, os reformadores protestantes afirmam: “Conhecer Cristo significa reconhecer os seus benefícios, não indagar as suas naturezas e os modos da encarnação”[3]. O Cristo “para mim” se torna mais importante do que o Cristo “em si”. Ao conhecimento objetivo, dogmático, opõe-se um conhecimento subjetivo, íntimo; ao testemunho exterior da Igreja e das próprias Escrituras sobre Jesus, antepõe-se o “testemunho interior”, que o Espírito Santo presta a Jesus no coração de cada fiel.

O Iluminismo e o racionalismo encontraram nisso o terreno adequado para a demolição do dogma. Para Kant, o que conta é o ideal moral proposto por Cristo, mais do que a sua pessoa. A teologia liberal do século XIX reduz praticamente o cristianismo apenas à dimensão ética e, particularmente, à experiência da paternidade de Deus. Despoja-se o Evangelho de todo o sobrenatural: milagres, visões, a ressurreição de Cristo. O cristianismo torna-se apenas um sublime ideal ético que pode prescindir da divindade de Cristo e, até mesmo, da sua existência histórica. Gandhi, que, infelizmente, conhecera o cristianismo nesta versão redutiva, escreveu: “Não me importaria nem mesmo se alguém demonstrasse que o homem Jesus, na realidade, jamais viveu, e que o que se lê nos evangelhos não é nada mais do que fruto da imaginação do autor. Apesar de que o sermão da montanha permanecesse verdadeiro aos meus olhos”6.

A versão mais próxima a nós desta tendência redutiva do cristianismo é aquela popularizada por Bultmann, em nome, desta vez, da demitologização: “A fórmula ‘Cristo é Deus’ – ele escreve – é falsa, em todo sentido, quando ‘Deus’ é considerado como ser objetivável, seja ela entendida segundo Ário ou segundo Niceia, em sentido ortodoxo ou liberal. Ela está correta se ‘Deus’ for entendido como o evento da atuação divina”[4]. Em palavras menos veladas: Cristo não é Deus, mas em Cristo *há* (ou *opera*) Deus. Estamos bem distantes, como se vê, do dogma definido em Niceia. Diz-se de querer, deste modo, interpretar o dogma antigo com categorias modernas, mas, na realidade, não se faz outra coisa a não ser repropor, às vezes nos mesmos termos, soluções arcaicas (Paulo de Samósata, Marcelo de Ancira, Fotino), já avaliadas e rejeitadas pela consciência da Igreja.

Se, das discussões dos teólogos, considerando-se diversas reflexões, passa-se ao que, da divindade de Cristo, pensa o povo comum nos países cristãos, fica-se sem palavras. Após um concílio local dominado pelos opositores de Niceia (Rimini, ano 359), São Jerônimo escreveu: O mundo inteiro “emitiu um gemido e se surpreendeu em se rever ariano”[5]. Nós teríamos muito mais razão que ele de gemer e fazer nossa a sua exclamação de estupor.

Cristo “verdadeiro Deus” nos Evangelhos

Mas agora, devemos ter fé em nosso intuito. Por isso, deixemos de lado o que pensa o mundo e busquemos despertar em nós a fé na divindade de Cristo. Uma fé luminosa, não desfocada, ao mesmo tempo objetiva e subjetiva, isto é, não só crida, mas também vivida. Também vivida, a Jesus não interessa tanto o que

dizem dele “os homens”, mas o que dizem dele os seus discípulos. A pergunta está perenemente no ar: “E vós, quem dizeis que eu sou?” (Mt 16,15). É a ela que queremos buscar responder nesta meditação.

Partamos justamente dos evangelhos. Nos sinóticos, a divindade de Cristo jamais é *declarada* abertamente, mas é continuamente *subentendida*.

Recordemos algumas frases de Jesus: “O Filho do Homem tem, na terra, autoridade para perdoar pecados” (Mt 9,6); “Ninguém conhece o Filho, senão o Pai, e ninguém conhece o Pai, senão o Filho” (Mt 11,27); “O céu e a terra passarão, mas as minhas palavras jamais passarão” (frase esta, presente idêntica em todos os três Sinóticos)[6]. “O Filho do Homem é senhor também do sábado” (Mc 2,28); “Quando o Filho do Homem vier em sua glória, acompanhado de todos os anjos, ele se assentará em seu trono glorioso. Todas as nações da terra serão reunidas diante dele, e ele separará uns dos outros, assim como o pastor separa as ovelhas dos cabritos” (Mt 25,31-32). Quem, a não ser Deus, pode perdoar os pecados em nome próprio e se proclamar juiz final da humanidade e da história?

Assim como basta um fio de cabelo ou uma gota de saliva para reconstruir o DNA de uma pessoa, assim, basta apenas uma linha do Evangelho, lida sem preconceitos, para reconstruir o DNA de Jesus, para descobrir o que ele pensava de si mesmo, mas não podia dizer abertamente para não ser incompreendido. A transcendência divina de Cristo literalmente transpira de cada página do Evangelho.

Mas é sobretudo João quem fez da divindade de Cristo o objetivo primário do seu evangelho, o tema que tudo unifica. Ele conclui o seu evangelho dizendo: “Estes (sinais), porém, foram escritos para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais a vida em seu nome” (Jo 20,31), e conclui a sua Primeira Carta quase com as mesmas palavras: “Eu vos escrevo estas coisas, a vós que credes no nome do Filho de Deus, para que saibais que tendes a vida eterna” (1Jo 5,13).

Um dia, como tantos outros, estava celebrando a Missa em um mosteiro de clausura. O trecho evangélico da liturgia era a página de João, em que Jesus pronuncia repetidamente o seu “Eu Sou”: “De fato, se não credes que ‘Eu Sou’, morrereis nos vossos pecados... Quando tiverdes levantado o Filho do Homem, então sabereis que ‘Eu Sou’... Antes que Abraão existisse, Eu Sou” (Jo 8,24.28.58). O fato de que as palavras “Eu Sou”, contrariamente a toda regra gramatical, no lecionário fossem escritas com duas maiúsculas, unido certamente a alguma outra causa mais misteriosa, fez acender uma fagulha. Aquela palavra “explodiu” dentro de mim.

Eu sabia, dos meus estudos, que no evangelho de João havia numerosos “Eu Sou”, *ego eimi*, pronunciados por Jesus. Sabia que isso era um fato importante para a sua cristologia; que, com esses, Jesus se atribui o nome que Deus reivindica para si em Isaías: “Para que saibais e acrediteis em mim, e compreendais que Eu sou” (Is 43,10). Mas o meu conhecimento era literário e inerte, e não suscitava emoções particulares. Naquele dia, era algo totalmente diverso. Estávamos no tempo pascal e parecia que o próprio Ressuscitado proclamasse o seu nome divino no céu e na terra. O seu “Eu Sou!” iluminava e enchia o universo. Eu me sentia muito pequeno, como alguém que assiste, por acaso e distante, uma cena improvisa e extraordinária, ou a um grandioso espetáculo da natureza. Não se tratou mais do que uma simples emoção de fé, nada mais, porém, daquelas que, quando passam, deixam no coração uma marca indelével.

É de causar estupor a iniciativa que o Espírito de Jesus permitiu a João levar a termo. Ele abraçou os temas, símbolos, expectativas, enfim tudo aquilo que havia de religiosamente vivo, seja no mundo judaico, como no helenístico, pondo tudo isso a serviço de uma única ideia, melhor, de uma única pessoa: Jesus Cristo é o Filho de Deus e o Salvador do mundo. Ele aprendeu a língua dos homens do seu tempo, para gritar em seu meio, com todas as próprias forças, a única verdade que salva, a Palavra por excelência, “o Verbo”. Somente uma certeza revelada, que tem por detrás de si a autoridade e a própria força de Deus e do seu Espírito, podia ser explicada em um livro com tal insistência e coerência, chegando, de inúmeros pontos diversos, sempre à mesma conclusão: a identidade total da natureza entre o Pai e o Filho: “Eu e o Pai somos um” (Jo 10,30). Um “só” (neutro *unum*), note-se bem, não uma só pessoa (masculino *unus*)!

“Corde creditur: crê-se com o coração”

Assim como para a humanidade, também a propósito da divindade de Cristo, agora podemos mostrar como o antigo dogma, objetivo e ontológico, é capaz de acolher e valorizar o dado moderno subjetivo e funcional, enquanto, como vimos, o contrário foi um tanto difícil. Nenhuma das chamadas “cristologias a partir de baixo”, aquelas, para entendermos, que partem do Jesus “profeta escatológico e sumo revelador do Pai”, ou do Cristo, “o homem em quem a consciência de Deus atingiu o seu máximo nível” (F. Schleiermacher), ou ainda, do Cristo “pessoa humana em quem subsiste a natureza divina” (e não pessoa divina que subsiste em uma natureza humana!): nenhuma, repito, destas cristologias conseguiu se elevar até abraçar o verdadeiro mistério da fé cristã e salvaguardar a plena divindade de Cristo. A razão do insucesso é explicada por Jesus e foi bem compreendida por João, que a expõe: “Ninguém subiu ao céu, senão aquele que desceu do céu” (Jo 3,13). De fato, é possível para Deus, se assim o quiser, fazer-se homem, mas não é possível ao homem fazer-se Deus! Com estas premissas, podemos voltar a valorizar toda a dimensão subjetiva e personalista do dogma: o Cristo “para mim”, posto em primeiro plano pelos Reformadores, o Cristo conhecido por seus benefícios e pelo testemunho interior do Espírito. Este é o melhor fruto do ecumenismo, o das “diferenças reconciliadas”, não opostas, como diz o nosso Santo Padre. Não é uma concessão “*pro bono pacis*”, mas uma necessidade e um enriquecimento recíproco. Todos nós precisamos dar à nossa fé esta dimensão pessoal, íntima, para que ela não seja repetição morta de fórmulas antigas ou modernas. Sobre este ponto, somos todos chamados em causa: católicos, ortodoxos e protestantes, da mesma maneira.

São Paulo diz que “é com o coração que se crê para a justiça; e com a boca, professa-se a fé para a salvação” (Rm 10,10). “É das raízes do coração que sobe a fé”, comenta Agostinho[7]. Na visão católica, como naquela ortodoxa, e também, em seguida, naquela protestante, a *profissão* da reta fé, isto é, o segundo momento deste processo, frequentemente tomou tanto relevo ao ponto de deixar na sombra aquele primeiro momento que se desenvolve nas profundidades escondidas do coração. Todos os tratados *De fide*, escritos após Niceia, tratam da ortodoxia da fé; hoje, dir-se-ia da *fides quae*, não da *fides qua*, das coisas a serem cridas, não do ato pessoal do crer.

Este primeiro ato de fé, justamente porque acontece no coração, é um ato “singular”, que pode ser feito apenas pelo indivíduo, em total solidão com Deus.

No evangelho de João, ouvimos Jesus fazer repetidamente a pergunta: “Crês isto?” (Jo 9,35; Jo 11,26); e, cada vez, esta pergunta suscita do coração o grito da fé: “Sim, Senhor, eu creio!”. Também o símbolo de fé da Igreja começa assim, no singular: “Creio”, não: “Cremos”.

Também nós devemos aceitar passar por este momento, de se submeter a este exame. Se, à pergunta de Jesus: “Crês isto?”, alguém responde imediatamente, sem nem pensar: “Claro que creio”, e acha até estranho que uma pergunta semelhante seja dirigida a um fiel, a um sacerdote ou a um bispo, quer dizer provavelmente que ainda não descobriu o que significa realmente crer, jamais experimentou a grande vertigem da razão que precede o ato de fé. A divindade de Cristo é o cume mais alto, o Evereste da fé. Crer em um Deus nascido em um estábulo e morto em uma cruz! Isto é muito mais exigente do que crer em um Deus distante, que cada um pode representar ao próprio gosto.

É preciso começar a demolir em nós, fiéis e homens da Igreja, a falsa persuasão de que estamos bem no que se refere à fé e que, no mais, devemos trabalhar ainda pela caridade. Talvez não seja um bem, quem sabe, por um pouco de tempo, não querer demonstrar a ninguém, mas interiorizar a fé, redescobrir as suas raízes no coração!

Devemos recriar as condições para uma retomada da fé na divindade de Cristo. Reproduzir o impulso de fé do qual nasceu o dogma de Niceia. O corpo da Igreja outrora produziu um esforço supremo, com o qual se ergueu, na fé, acima de todos os sistemas humanos e de todas as resistências da razão. A maré da fé uma vez subiu a um nível máximo e sua marca permaneceu na rocha. No entanto, é preciso que se repita a subida, não basta a marca. Não basta repetir o Credo de Niceia; é preciso renovar o impulso de fé que então se teve na divindade de Cristo e do qual não houve igual nos séculos.

A praxe da Igreja (e não só da Igreja Católica!) prevê uma profissão de fé da parte do candidato, antes de receber o mandato de ensinar teologia. Esta profissão de fé tem comportado, frequentemente, além da recitação do credo, o compromisso de ensinar algumas coisas precisas – e a não ensinar outras igualmente precisas – que, naquele momento da história, eram temas particularmente sensíveis. Pensemos no juramento contra o modernismo.

A mim parece que se deveria verificar sobretudo uma coisa: que quem ensina teologia aos futuros ministros do Evangelho creia firmemente na divindade de Cristo. Verificar isto mediante um discernimento fraterno e franco, melhor do que com um juramento. Houve toda uma geração de sacerdotes após o Concílio (certamente, não *por causa* do Concílio!) que saiu do seminário e se apresentou à ordenação com ideias muito confusas e desfocadas sobre quem é o Jesus que devia anunciar ao povo e tornar presente no altar na Missa. Muitas crises sacerdotais, estou convencido, começaram e começam aqui.

Ecumenismo e evangelização

O que evidenciamos tem importantes conseqüências também para o ecumenismo cristão. Existem, de fato, dois ecumenismos possíveis: o da fé e o da incredulidade; um que reúne todos aqueles que creem que Jesus é o Filho de Deus e que Deus é Pai, Filho e Espírito Santo, e um que reúne todos aqueles que se limitam a “interpretar” (cada um à própria maneira e segundo o próprio sistema filosófico) estas coisas. Um ecumenismo no qual, no máximo, todos creem as mesmas coisas porque ninguém crê mais realmente em nada, no sentido forte da palavra “crer”.

A distinção fundamental dos espíritos, no âmbito da fé, não é a que distingue entre católicos, ortodoxos e protestantes, mas a que distingue aqueles que creem no Cristo Filho de Deus e aqueles que não creem; segundo São Paulo, “todos os que, em todo lugar, invocam o nome de Nosso Senhor Jesus Cristo, Senhor deles e nosso” (1Cor 1,2), e os que não o invocam.

Há uma unidade nova e invisível que vai se formando e que passa pelas diversas Igrejas. Esta unidade invisível e espiritual, por sua vez, tem necessidade vital do discernimento da teologia e do magistério, para não cair no perigo do fundamentalismo ou na vã presunção de poder formar uma espécie de Igreja transversal, fora das Igrejas existentes e, particularmente, da Igreja Católica. Mas, uma vez vislumbrada e superada esta tentação, trata-se de um fato que não podemos mais nos permitir ignorar.

O verdadeiro “ecumenismo espiritual” não consiste somente em rezar pela unidade dos cristãos, mas em compartilhar a mesma experiência do Espírito Santo. Consiste naquela que Agostinho chama “societas sanctorum”, a comunhão dos santos, que, às vezes, dolorosamente, pode não coincidir com a “communio sacramentorum”, ou seja, compartilhar dos mesmos sinais sacramentais.

A fé na divindade é importante sobretudo em vista da *evangelização*. Existem edifícios ou estruturas metálicas feitas de forma que, se você tocar em um determinado ponto ou levantar uma determinada pedra, tudo desmorona. Assim é o edifício da fé cristã, e esta sua “pedra angular” é a divindade de Cristo. Removida esta, tudo se desagrega e desmorona, começando pela fé na Trindade. De quem se forma a Trindade, Cristo não é Deus? Não por nada, basta se por entre parênteses a divindade de Cristo, que se põe entre parênteses também a Trindade.

Santo Agostinho dizia: “Não é grande coisa crer que Jesus morreu; nisto creem até os pagãos e os ímpios; todos creem nisso. Mas é algo realmente grande crer que ele ressuscitou”. E concluía: “A fé dos cristãos é a ressurreição de Cristo”[8]. A mesma coisa se deve dizer da humanidade e divindade de Cristo, cujas morte e ressurreição são as respectivas manifestações. Todos creem que Jesus seja homem; o que faz a diversidade entre crentes e não crentes é crer que ele também seja Deus. A fé dos cristãos é a divindade de Cristo!

“Conhecer Cristo é reconhecer os seus benefícios”

“Conhecer Cristo é reconhecer os seus benefícios”, nós ouvimos. Concluamos justamente recordando dois destes benefícios, que são os mais capazes de responder às necessidades profundas do homem de hoje e de sempre: a necessidade de sentido e a necessidade de vida.

Não é verdade que o homem moderno deixou de se propor a questão sobre o sentido da vida. Há alguns anos, um conhecido intelectual escreveu: “A religião morrerá. Não é um desejo, muito menos uma profecia. Já é um fato que está aguardando seu cumprimento... Passada a nossa geração e talvez aquela de nossos filhos, ninguém mais considerará a necessidade de dar um sentido à vida um problema realmente fundamental... A técnica levou a religião ao seu crepúsculo”[9]. Claro, não se interroga sobre o sentido último da vida quem se prestou a outras coisas... Mas, quando estas vão desaparecendo – juventude, saúde, fama – muitos voltam a se propor aquela pergunta. Fazem-na ainda mais neste tempo de pandemia em que, fechados frequentemente em casa, homens e mulheres finalmente têm tido o tempo de refletir e se interrogar.

Há uma pintura, dentre as mais famosas da arte moderna, que representa visivelmente aonde leva a convicção de que a vida não tem sentido. Em um fundo avermelhado que inspira angústia, um homem atravessa correndo uma ponte, passando por dois indivíduos que parecem alheios e indiferentes a tudo; tem os olhos rabiscados; com as mãos em torno à boca, emite um grito e se entende que é um grito de desespero.

Jesus disse: “Eu sou a luz do mundo. Quem me segue, não caminha na escuridão” (Jo 8,12). Quem crê em Cristo, tem a possibilidade de resistir à grande tentação da falta de sentido da vida, que frequentemente leva ao suicídio. Quem crê em Cristo não caminha nas trevas: sabe de onde vem, sabe para onde vai e o que fazer enquanto isso. Sobretudo, sabe que é amado por alguém e que este alguém deu a vida para demonstrá-lo!

Jesus também disse: “Eu sou a ressurreição e a vida. Quem crê em mim, ainda que tenha morrido, viverá” (Jo 11,25). E o evangelista, mais tarde, escreverá aos cristãos: “Eu vos escrevo estas coisas, a vós que credes no nome do Filho de Deus, para que saibais que tendes a vida eterna (...). Ele é o verdadeiro Deus e a Vida eterna” (1Jo 5,13.20). justamente porque Cristo é “verdadeiro Deus”, é também “vida eterna” e dá a vida eterna. Isto não nos tira necessariamente o medo da morte, mas dá ao fiel a certeza de que a nossa vida não termina com ela.

Repensemos em algo de tudo isso quando, domingo, proclamamos o segundo artigo do Credo:

Creio em um só Senhor, Jesus Cristo,
Filho unigénito de Deus,
nascido do Pai antes de todos os séculos:
Deus de Deus, luz da luz,
Deus verdadeiro de Deus verdadeiro,
gerado, não criado,
consustancial ao Pai.
Por ele todas as coisas foram feitas.

Traduzido do italiano por P. Ricardo Faria, ofmcap

NOTAS

[1] Cf. Søren Kierkegaard, *Diario*, II, A 110 (anno 1837).

[2] Cf. Plínio, o Jovem, *Epistularum liber*, X,96.

[3] Cf. Filipe Melâncton, *Loci theologici*, in *Corpus Reformatorum*, Brunsvigae 1854, p. 85.

[4] Cf. R. Bultmann, *Glauben und Verstehen*, II, Tübingen 1938, p. 258.

[5] Cf. S. Jerónimo, *Dialogus contra Luciferianos*, 19 (PL 23, 181): «*Ingemuit totus orbis et arianum se esse miratus est*».

[6] Mc 13,31; Mt 24,35; Lc 21,33.

[7] Cf. Santo Agostinho, *Comentário ao Evangelho de João*, 26,2 (PL 35,1607).

[8] Cf. Santo Agostinho, *Enarrationes in Psalmos* 120, 6.

[9] Na revista "MicroMega" 2, 2000, pp. 187s.

JESUS DE NAZARÉ: UMA PESSOA

Quarta Pregação

Os Atos dos Apóstolos narram o seguinte episódio. À chegada do rei Agripa a Cesareia, o governador Festo lhe apresenta o caso de Paulo, mantido preso por ele, no aguardo do processo. Resume o caso ao rei com estas palavras: “Seus acusadores (...) tinham somente certas questões contra ele, a respeito da sua superstição, e a respeito de um certo Jesus, que já morreu, mas que Paulo afirma estar vivo” (At 25,18-19). Neste detalhe, aparentemente secundário, resume-se a história dos vintes séculos seguintes àquele momento. Tudo ainda gira em torno de “um certo Jesus”, que o mundo considera morto, e a Igreja proclama estar vivo.

É o que nos propomos em aprofundar nesta última meditação, isto é, que Jesus de Nazaré está vivo! Não é uma memória do passado; não é apenas um personagem, mas uma pessoa. Vive “segundo o Espírito”, certo, mas este é um modo de viver mais forte do que aquele “segundo a carne”, porque lhe permite viver dentro de nós, não fora, ou ao lado.

Em nossa releitura do dogma, chegamos ao nó que une as duas pontas. Jesus “verdadeiro homem” e Jesus “verdadeiro Deus” – eu dizia no início – são como os dois lados de um triângulo, cujo vértice é Jesus, “uma pessoa”. Recordemos, em linha de máxima, como se formou o dogma da unidade de pessoa de Cristo. A fórmula “uma pessoa” aplicada a Cristo remete-se a Tertuliano[1], mas foram necessários dois séculos de reflexão para entender o que ela significava de fato e como podia se conciliar com a afirmação de que Jesus era verdadeiro homem e verdadeiro Deus, isto é “de duas naturezas”.

Uma etapa fundamental foi o Concílio de Éfeso de 431, em que foi definido o título de Maria *Theotokos*, Genitora de Deus. Se Maria pode ser chamada de “Mãe de Deus”, embora tendo dado à luz apenas a natureza humana de Jesus, quer dizer que nele humanidade e divindade formam uma só pessoa. O ponto de chegada definitivo, contudo, foi alcançado apenas no Concílio de Calcedônia de 451, com a fórmula que referimos novamente, a parte relativa à unidade de Cristo:

“Na sequência dos santos Padres, ensinamos unanimemente que se confesse um só e mesmo Filho, nosso Senhor Jesus Cristo (...). A diferença das naturezas não é abolida pela sua união; antes, as propriedades de cada uma são salvaguardadas e reunidas numa só pessoa e numa só hipóstase[2].”

Se, para a plena recepção da definição de Niceia, foi necessário um século, para a completa recepção desta outra definição foram necessários todos os séculos sucessivos, até nossos dias. De fato, somente graças ao recente clima de diálogo ecumênico, pôde-se restabelecer a comunhão entre a Igreja Ortodoxa e as chamadas igrejas Nestorianas e Monofisitas do Oriente cristão. Notou-se que, na maioria dos casos, tratava-se de uma diversidade de terminologia, não de doutrina. Tudo dependia do significado diverso que se dava aos dois termos de “natureza” e de “pessoa” ou “hipóstase”.

Do adjetivo “uma” ao substantivo “pessoa”

Assegurado o seu conteúdo ontológico e objetivo, também aqui, para revitalizar o dogma, devemos agora trazer à luz a sua dimensão subjetiva e existencial. São Gregório Magno dizia que a Escritura “cresce com aqueles que a leem” (*cum legentibus crescit*)[3]. Devemos dizer a mesma coisa do dogma. Ele é “uma estrutura aberta”: cresce e se enriquece, à medida que a Igreja, guiada pelo Espírito Santo, encontra-se a viver novas problemáticas e em novas culturas.

Dissera-o, com singular previsão, Santo Irineu pelo fim do II século. A verdade revelada, escrevia o santo, é “como um licor precioso contido em um vaso de valor. Por obra do Espírito Santo, ela (a verdade) rejuvenesce sempre e rejuvenesce também o vaso que a contém”[4]. A Igreja está em condições de ler a Escritura e o dogma de modo sempre novo, porque ela mesma é sempre renovada pelo Espírito Santo! Eis o grande e simplicíssimo segredo que explica a perene juventude da Tradição e, portanto, dos dogmas que são sua expressão mais elevada. Um grande estudioso da Tradição Cristã do século passado, Jaroslav Pelikan, escreveu que “Tradição é a fé viva dos mortos” (isto é, a fé dos Padres que continua viva); o tradicionalismo é a fé morta dos vivos”. [5]

Também o dogma da única pessoa de Cristo é uma “estrutura aberta”, ou seja, capaz de falar-nos hoje, de responder às novas necessidades da fé, que não são as mesmas do quinto século. Hoje, ninguém nega que Cristo seja “uma pessoa”. Há alguns – vimos anteriormente – que negam que seja uma pessoa “divina”, preferindo dizer que é uma pessoa “humana” na qual Deus habita, ou opera, de modo único e excelso. Mas a própria unidade da pessoa de Cristo, repito, não é contestada por ninguém.

A coisa mais importante hoje, a respeito do dogma de Cristo “uma pessoa”, não é tanto o adjetivo “uma”, mas o substantivo “pessoa”. Não tanto o fato de que seja “um e idêntico em si mesmo” (*unus et idem*), mas que seja “pessoa”. Isto significa descobrir e proclamar que Jesus Cristo não é uma ideia, um problema histórico, e nem mesmo apenas um personagem, mas uma pessoa e uma pessoa viva! Isto, de fato, é o que falta e do que temos extrema necessidade, para não deixar que o cristianismo se reduza a ideologia, ou simplesmente a teologia.

Propusemo-nos em revitalizar o dogma, partindo novamente da sua base bíblica. Por isso, voltemo-nos logo à Escritura. Partamos da página do Novo Testamento que nos fala do mais célebre “encontro pessoal” com o Ressuscitado que já aconteceu na face da terra: o do Apóstolo Paulo. “Saul, Saul, por que me persegues?” “Quem és tu, Senhor?” “Eu sou Jesus!” (cf. At 9,4-5). Que fulgor! Depois de vinte séculos, aquela luz ainda ilumina a Igreja e o mundo. Mas escutemos como ele mesmo descreve este encontro:

“Mas essas coisas, que eram lucro para mim (ser circunciso, da estirpe de Israel, fariseu, irrepreensível), considere-as prejuízo por causa de Cristo. Mais que isso, julgo que tudo é prejuízo diante deste bem supremo que é o conhecimento do Cristo Jesus, meu Senhor. Por causa dele, perdi tudo e considero tudo como lixo, a fim de ganhar Cristo e ser encontrado unido a ele. E isto, não com a minha justiça que vem da Lei, mas com a justiça que vem pela fé em Cristo, a

justiça que vem de Deus, fundada na fé. É assim que eu conheço Cristo” (Fl 3,7-10).

É quase com rubor que ousou me aproximar da experiência flamejante de Paulo à minha pequeníssima experiência. Mas é justamente Paulo que, com sua narrativa, encoraja a fazê-lo assim mesmo, isto é, a dar testemunho da graça de Deus. Estudando e ensinando cristologia, eu tinha feito diversas pesquisas sobre a origem do conceito de “pessoa” em teologia, sobre suas definições e diversas interpretações. Tinha conhecido as intermináveis discussões em torno da única pessoa ou hipóstase de Cristo no período bizantino, os desenvolvimentos modernos sobre a dimensão psicológica da pessoa, com o conseqüente problema do “Eu” de Cristo, tão debatido quando eu estudava teologia. Em certo sentido, eu conhecia tudo sobre a pessoa de Jesus, mas não conhecia Jesus em pessoa!

Foi justamente aquela palavra de Paulo que me ajudou a entender a diferença. Sobretudo a frase: “é assim que eu conheço Cristo”. Parecia-me que o simples pronome “ele (Cristo)” (*auton*) contivesse mais verdades sobre Jesus que inteiros tratados de cristologia. “Ele” quer dizer Jesus Cristo “em carne e osso”. Era como encontrar uma pessoa al vivo, depois de conhecê-la por fotografia após anos. Dei-me conta de que eu conhecia livros sobre Jesus, doutrinas, heresias sobre Jesus, conceitos sobre Jesus, mas não o conhecia, pessoa viva e presente. Ao menos, não o conhecia assim quando me aproximava dele por meio do estudo da história e da teologia. Tivera até então um *conhecimento impessoal da pessoa* de Cristo. Uma contradição e um paradoxo, mas uma pena, bem frequente!

Pessoa é ser-em-relação

Refletindo sobre o conceito de pessoa no âmbito da Trindade, Santo Agostinho[6] e, depois dele, Santo Tomás de Aquino, chegaram à conclusão de que “pessoa”, em Deus, significa relação. O Pai é tal pela sua relação com Filho: todo o seu ser consiste nesta relação, como o Filho é tal pela sua relação com o Pai. O pensamento moderno confirmou esta intuição. “A verdadeira personalidade – escreveu o filósofo Hegel – consiste em recuperar si mesmo imergindo-se no outro”[7]. A pessoa é pessoa no ato em que se abre a um “tu” e, neste confronto, adquire consciência de si. Ser pessoa é “ser-em-relação”.

Isto vale de modo eminente para as pessoas divinas da Trindade, que são “puras relações”, ou, como se diz em teologia, “relações subsistentes”; mas vale também para cada pessoa no âmbito criado. Não se conhece a pessoa na sua realidade, a não ser entrando em “relação” com ela. Eis porque não se pode conhecer Jesus como pessoa, a não ser entrando em uma relação pessoal, do eu ao tu, com ele. “O ato do crente não termina num juízo, mas numa realidade”, disse Santo Tomás de Aquino[8]. Nós não podemos nos contentar em crer na fórmula “uma pessoa”; devemos alcançar a própria pessoa e, mediante a fé e a oração, “tocá-la”.

Devemos nos pôr seriamente uma pergunta: para mim, Jesus é uma pessoa, ou somente um personagem? Há uma grande diferença entre as duas coisas. O personagem – tipo Júlio César, Leonardo da Vinci, Napoleão – é alguém de

quem se pode falar e escrever o quanto queira, mas com o qual é impossível falar. Infelizmente, para a grande maioria dos cristãos, Jesus é um personagem, não uma pessoa. É o objeto de um conjunto de dogmas, doutrinas ou heresias; alguém de quem celebramos a memória na liturgia, que cremos realmente presente na Eucaristia, tudo o que se quiser. Mas, se permanecermos no plano da fé objetiva, sem desenvolver uma relação existencial com ele, ele permanece externo a nós, toca-nos a mente, mas não aquece o coração. Permanece, apesar de tudo, no passado; entre nós e ele se interpõem, inconscientemente, vinte séculos de distância. No fundo de tudo isso, compreende-se o sentido e a importância daquele convite que o Papa Francisco pôs no início da sua Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*:

“Convido todo o cristão, em qualquer lugar e situação que se encontre, a renovar hoje mesmo o seu encontro pessoal com Jesus Cristo ou, pelo menos, a tomar a decisão de se deixar encontrar por Ele, de O procurar dia a dia sem cessar. Não há motivo para alguém poder pensar que este convite não lhe diz respeito” (EG, 3).

Na vida da maioria das pessoas, há um evento que divide a vida em duas partes, criando um antes e um depois. Para os casados, é o matrimônio, e eles dividem a própria vida assim: “antes de me casar” e “depois de casado”; para os bispos e sacerdotes, é a consagração episcopal ou a ordenação sacerdotal; para os consagrados, é a profissão religiosa. Do ponto de vista espiritual, há um só evento que cria realmente e para todos um antes e um depois. A vida de cada pessoa se divide exatamente como se divide a história universal: “antes de Cristo” e “depois de Cristo”, antes do encontro pessoal com Cristo e depois deste.

Podemos vislumbrar este encontro, ouvir falar dele, desejá-lo, mas, para experimentá-lo, há apenas um meio. Não é algo que se pode obter lendo livros ou escutando uma pregação. Somente por obra do Espírito Santo! Por isso, sabemos a quem devemos pedi-lo e sabemos que ele não espera outra coisa senão que lhe peçamos... *Per te sciamus da Patre, noscamus atque Filium*: “Ao Pai e ao Filho Salvador por vós possamos conhecer”. Que o conheçamos a partir deste conhecimento íntimo e pessoal que muda a vida.

Cristo, pessoa “divina”

Mas temos que dar um passo adiante. Se parássemos por aqui, perderíamos a revelação mais consoladora contida no dogma de Cristo “pessoa”, e pessoa “divina”. Jamais seremos gratos o bastante à Igreja antiga por ter lutado, às vezes literalmente, até o sangue, para manter a verdade de que Cristo é “uma só pessoa”, e que essa pessoa não é outro senão o Filho eterno de Deus, uma das três pessoas da Trindade. Busquemos entender porque.

A contribuição mais fecunda e duradoura de Santo Agostinho à teologia é ter fundamentado o dogma da Trindade sobre a afirmação joanina “Deus é amor” (1Jo 4,8). Todo amor implica um amante, um amado e um amor que os une, e é assim que ele define as três pessoas divinas: o Pai é aquele que ama, o Filho, o amado, e o Espírito Santo, o amor que os une[9].

Não existe amor que não seja amor de alguém ou de algo, como não se dá conhecimento que não seja conhecimento de algo. Não existe um amor “a vácuo”, sem objeto. Perguntemo-nos então: quem ama Deus, para ser definido amor? O homem? Mas então é amor só há algumas centenas de milhões de anos. O universo? Mas então é amor só há algumas dezenas de bilhões de anos. E antes, quem amava Deus para ser amor? Eis a resposta da revelação bíblica, explicitada pela Igreja. Deus é amor desde sempre, *ab aeterno*, porque antes ainda que existisse um objeto fora de si para amar, tinha em si mesmo o Verbo, o Filho que amava com amor infinito, isto é, “no Espírito Santo”.

Isso não explica “como” a unidade possa ser contemporaneamente trindade (este é um mistério incognoscível por nós, porque acontece só em Deus), mas nos basta ao menos para intuir “porque”, em Deus, a pluralidade não contradiz a unidade. É porque “Deus é amor”! Um Deus que fosse puro conhecimento ou pura lei, ou puro poder, certamente não teria necessidade de ser trino (isto, ao contrário, complicaria as coisas); mas um Deus que é primeiramente amor, sim, porque menos que entre dois, não pode ser amor.

O maior e mais inacessível mistério à mente humana não é, creio eu, que Deus é um e trino, mas é que Deus é amor. “É preciso – escreveu de Lubac – que o mundo o saiba: a revelação de Deus como amor revira tudo o que ele tinha concebido anterior à divindade”[10]. É realíssimo, mas, infelizmente, ainda estamos longe de ter tirado todas as consequências desta revolução. Demonstra o fato de que a imagem de Deus que domina no inconscientemente humano é aquela do ser absoluto, não do amor absoluto; um Deus que é essencialmente onisciente, onipotente e, sobretudo, justo. O amor e a misericórdia são vistos como um corretivo que modera a justiça. São o expoente, não a base.

Nós, modernos, proclamamos que a pessoa é o valor supremo a ser respeitado em todo campo, o fundamento último da dignidade humana. De onde deriva este conceito moderno de pessoa, entende-se, contudo, somente partindo-se da Trindade. Explicitou-o bem o teólogo ortodoxo Johannes Zizioulas, mostrando a fecundidade e o enriquecimento recíproco que se obtém no diálogo entre teologia latina e teologia grega sobre a Trindade. Ele demonstra, em vários de seus escritos, como o conceito moderno de pessoa é filho direto da doutrina das Trindades e explica em que sentido.

“O amor é uma categoria ontológica que consiste em dar espaço à outra pessoa de existir como outro e adquirir a existência em e através do outro. É uma atitude kenótica, uma doação de si (...). Isto é o que ocorre na Trindade onde o Pai ama dando tudo de si mesmo ao Filho e fazendo-o existir como Filho. (...) Isto, portanto, é o que significa ser uma pessoa humana à luz da teologia Trinitária. Significa um modo de ser no qual adquirimos as nossas identidades não nos distanciando dos outros, mas em comunhão com eles em e através de um amor que “não é interesseiro” (1Cor 13,5), mas está pronto a sacrificar o seu verdadeiro ser para permitir ao outro ser e ser outro. É exatamente o modo de ser que se encontra na Cruz de Cristo, onde o amor divino se revela plenamente em nossa existência histórica”[11].

Portanto, Cristo, sendo pessoa divina, trinitária, tem conosco uma relação de amor que funda a nossa liberdade (cf. Gl 5,1). “Ele me amou e se entregou por

mim” (Gl 2,20): poder-se-ia passar horas inteiras a repetir dentro de si esta palavra, sem jamais deixar de se surpreender. Ele, Deus, amou a mim, criatura de nada e ingrata! Deu-se – a sua vida, o seu sangue – por mim. Singularmente por mim! É um abismo no qual nos perdemos.

A nossa “relação pessoal” com Cristo é, portanto, essencialmente uma relação de amor. Consiste em sermos amados por Cristo e amar Cristo. Isto vale para todos, mas assume um significado particular para os pastores da Igreja. Repete-se frequentemente (a partir do próprio Santo Agostinho) que a rocha sobre a qual Jesus promete fundar a sua Igreja é a fé de Pedro, ao tê-lo proclamado “Cristo e Filho do Deus vivo” (Mt 16,16). Deixa-se lado, parece-me, o que Jesus diz no momento da entrega de fato do primado a Pedro: “Simão, filho de João, tu me amas? ...Pastoreia minhas ovelhas!” (cf. Jo 21,15-16). O ofício do pastor obtém sua força secreta do amor por Cristo. O amor, não menos que a fé, torna-se uma só coisa com a Rocha, que é Cristo.

“Quem nos separará do amor de Cristo?”

Concluo trazendo à luz a consequência de tudo isso para a nossa vida, em um momento de grande tribulação para toda a humanidade, como o presente. Façamo-lo explicar, também desta vez, pelo Apóstolo Paulo. Na Carta aos Romanos, ele escreve:

Quem nos separará do amor de Cristo? Tribulação, angústia, perseguição, fome, nudez, perigo, espada? (Rm 8,35).

Não se trata de uma enumeração abstrata e genérica. Os perigos e as tribulações que ele enumera são as coisas que, de fato, ele experimentou em sua vida. Descreve-as detalhadamente na Segunda Carta aos Coríntios, em que, às provas aqui elencadas, acrescenta aquela que mais lhe fazia sofrer, isto é, a oposição obstinada de alguns dos seus (cf. 2Cor 11,23ss). O Apóstolo, em outras palavras, revê em sua mente todas as provas atravessadas, constata que nenhuma delas é tão forte ao ponto de combater com o pensamento do amor de Cristo, e, por isso, conclui triunfalmente: “Em tudo isso, porém, somos mais que vencedores, graças àquele que nos amou” (Rm 8,37).

O Apóstolo convida, tacitamente, cada um de nós a fazer o mesmo. Sugere-nos um método de cura interior baseado no amor. Convida-nos a trazer à tona as angústias que se estabelecem em nosso coração, as tristezas, os medos, os complexos, aquele defeito físico ou moral que não nos faz aceitar serenamente a nós mesmos, aquela lembrança penosa e humilhante, aquele mal sofrido, a oposição muda da parte de alguém... Expor tudo isso à luz do pensamento de que Deus me ama, e cortar todo pensamento negativo, dizendo a nós mesmos, como o Apóstolo: “Se Deus é por nós, quem será contra nós?” (Rm 8,31).

De sua vida pessoal, o Apóstolo lança, logo em seguida, o olhar sobre o mundo que o rodeia e sobre a existência humana em geral:

Tenho certeza de que nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem os principados, nem o presente, nem o futuro, nem as potestades, nem a altura,

nem a profundidade, nem outra criatura qualquer será capaz de nos separar do amor de Deus, que está em Cristo Jesus, nosso Senhor (Rm 8,38-39).

Aqui também não se trata de um elenco abstrato. Ele observa o “seu” mundo, com as forças que o tornavam ameaçador: a morte com o seu mistério, a vida presente com a sua incerteza, os poderes astrais ou aqueles infernais que incutiam tanto terror no homem antigo. Somos convidados, ainda uma vez, a fazer o mesmo: a ver o mundo que nos circunda com olhos de fé e que nos causa ainda mais medo, agora que o homem adquiriu o poder de alterá-lo com suas armas e suas manipulações. O que Paulo chama de “altura” e “profundidade” são, para nós – no conhecimento acumulado das dimensões do cosmo –, o infinitamente grande acima de nós e o infinitamente pequeno abaixo de nós. Neste momento, esse infinitamente pequeno é o coronavírus que, há um ano, mantém de joelhos a humanidade inteira.

Daqui a uma semana será Sexta-feira Santa e, logo depois, Domingo da Ressurreição. Ressurgindo, Jesus não voltou à vida de antes como Lázaro, mas a uma vida melhor, livre de todo afã. Esperemos que seja assim também para nós. Que do sepulcro em que a pandemia nos manteve encerrados por um ano, o mundo – como nos repete continuamente o Santo Padre – saia melhor, não o mesmo de antes.

Traduzido do italiano por P. Ricardo Faria, ofmcap

NOTAS

[1] Cf. Tertuliano, *Adversus Praxean*, 27,11.

[2] Cf. Denzinger – Schonmetzer, *Enchiridion Symbolorum*, nn. 301-302.

[3] Cf. S. Gregório Magno, *Moralia in Job*, XX,1.

[4] Cf. S.to Irineu, *Adversus Haereses*, III, 24,1.

[5] *The Christian Tradition: A History of the Development of Doctrine*, 5 vols. (1973–1990). University of Chicago Press.

[6] Cf. S. Agostino, *De Trinitate*, V,5,6.

[7] Cf. F. Hegel, *Lezioni di filosofia della religione* (em inglês: F. Hegel, *Lectures on the Philosophy of Religion*, Humanity Press, vol. III, New York, 1962, p.25).

[8] Cf. S.to Tomás de Aquino, S.Th., II-IIae, q.1, a.2, ad 2.

[9] Cf. S.to Agostino, *De Trinitate*, VI,5,7; IX,22.

[10] Cf. H. de Lubac, *Histoire et Esprit*, Aubier, Paris 1950, cap.5.

[11] Cf. J. Zizioulas, *L'idea di persona umana deriva dalla Trinità*: Conferência proferida em Milão em 2015; <https://www.chiesadimilano.it/wp-content/uploads/2017/05/Intervento-Zizioulas>

Pregação da Sexta-feira Santa

Na Basílica de São Pedro, o pregador da Casa Pontifícia Fr. Raniero Cantalamessa, OFM Cap, propôs ao Papa Francisco e à Cúria a reflexão da Sexta-feira Santa.

“PRIMOGENITO ENTRE MUITOS IRMÃOS”

(Romanos 8,29)

Em 3 de outubro passado, junto à tumba de São Francisco, em Assis, o Santo Padre assinava a sua encíclica sobre a fraternidade “*Fratres omnes*” (“Fratelli tutti”). Em pouco tempo, ela fez renascer em tantos corações a aspiração quanto a este valor universal, trouxe à luz tantas feridas contra ela no mundo de hoje, indicou algumas vias para se chegar a uma verdadeira e justa fraternidade humana e exortou todos – pessoas e instituições – a trabalhar por ela.

A encíclica é endereçada idealmente a um público vastíssimo, dentro e fora da Igreja: na prática, a toda a humanidade. Toca muitas esferas da vida: da privada à pública, da religiosa à social e política. Devido a este seu horizonte universal, ela evita – justamente – restringir o discurso ao que é próprio e exclusivo dos cristãos. Contudo, pelo final da encíclica, há um parágrafo em que o fundamento evangélico da fraternidade é resumido em poucas, mas vibrantes palavras. Afirma:

Outros bebem doutras fontes. Para nós, este manancial de dignidade humana e fraternidade está no Evangelho de Jesus Cristo. Dele brota, “para o pensamento cristão e para a ação da Igreja, o primado reservado à relação, ao encontro com o mistério sagrado do outro, à comunhão universal com a humanidade inteira, como vocação de todos” (FT, 277).

O mistério da cruz que estamos celebrando nos obriga a nos concentrarmos justamente neste fundamento cristológico da fraternidade, que foi inaugurado na morte de Cristo.

No Novo Testamento, “irmão” significa, em sentido primordial, a pessoa nascida do mesmo pai e da mesma mãe. “Irmãos”, em segundo lugar, são chamados os membros do mesmo povo e nação. Assim Paulo afirma estar disposto a se tornar anátema, separado de Cristo, em vantagem de seus irmãos segundo a carne, os israelitas (cf. Rm 9,3). Claro que, nestes contextos, como em outros casos, “irmãos” abrange homens e mulheres, irmãos e irmãs.

Neste alargamento de horizonte, chega-se a chamar de irmão cada pessoa humana, pelo fato de ser tal. Irmão é aquele que a Bíblia chama de “próximo”. “Quem não ama o próprio irmão...” (1Jo 2,9) significa: quem não ama o seu próximo. Quando Jesus diz: “Todas as vezes que fizestes isso a um destes mínimos que são meus irmãos, foi a mim que o fizestes” (Mt 25,40), compreende toda pessoa humana necessitada de ajuda.

Mas, ao lado destes significados antigos e conhecidos, no Novo Testamento a palavra “irmão” tende sempre mais a indicar uma categoria particular de

peças. Irmãos entre si são os discípulos de Jesus, aqueles que acolhem seus ensinamentos. “Quem é minha mãe, e quem são meus irmãos? (...) Todo aquele que faz a vontade do meu Pai, que está nos céus, esse é meu irmão, minha irmã e minha mãe” (Mt 12,48-50).

Nesta linha, a Páscoa marca uma etapa nova e decisiva. Graças a ela, Cristo se torna “o primogênito entre muitos irmãos” (Rm 8,29). Os discípulos se tornam irmãos em sentido novo e profundíssimo: compartilham não apenas o ensinamento de Jesus, mas também seu Espírito, sua nova vida de ressuscitado. É significativo que, somente após sua ressurreição, pela primeira vez, Jesus chama os seus discípulos de “irmãos”: “Vai dizer aos meus irmãos – diz a Maria Madalena – que eu subo para junto do meu Pai e vosso Pai, meu Deus e vosso Deus” (Jo 20,17). “Pois tanto o Santificador, quanto os santificados – lê-se na Carta aos Hebreus – todos procedem de um só. Por esta razão, ele (Cristo) não se envergonha de chamá-los irmãos” (Hb 2,11).

Depois da Páscoa, este é o uso mais comum do termo irmão; indica o irmão de fé, membro da comunidade cristã. Irmãos “de sangue”, também neste caso, mas do sangue de Cristo! Isso faz da fraternidade de Cristo algo de único e transcendente, em relação a qualquer outro gênero de fraternidade, e deve-se ao fato de que Cristo é também Deus. Ela não se substitui aos demais tipos de fraternidade, baseados em família, nação ou raça, mas coroa-os. Todos os seres humanos são irmãos enquanto criaturas do mesmo Deus e Pai. A isso, a fé cristã acrescenta uma segunda e decisiva razão. Somos irmãos não apenas a título de criação, mas também de redenção; não só porque todos temos o mesmo Pai, mas porque todos temos o mesmo irmão, Cristo, “primogênito entre muitos irmãos”.

* * *

À luz de tudo isso, devemos fazer agora algumas reflexões atuais. A fraternidade se constrói exatamente como se constrói a paz, isto é começando de perto, a partir de nós, não com grandes esquemas, com metas ambiciosas e abstratas. Isto significa que a fraternidade universal começa para nós com a fraternidade na Igreja Católica. Deixo de lado, por uma vez, também a segunda esfera, que é a fraternidade entre todos os fiéis em Cristo, ou seja, o ecumenismo.

A fraternidade católica está dilacerada! A túnica de Cristo foi cortada em pedaços pelas divisões entre as Igrejas; mas – o que não é menos grave – cada pedaço da túnica, por sua vez, é frequentemente dividido em outros pedaços. Naturalmente, falo do elemento humano dela, porque a verdadeira túnica de Cristo, seu corpo místico animado pelo Espírito Santo, ninguém jamais poderá dilacerar. Aos olhos de Deus, a Igreja é “una, santa, católica e apostólica”, e assim permanecerá até o fim do mundo. Isto, contudo, não desculpa as nossas divisões, mas as torna ainda mais culpáveis e deve nos impulsionar, com mais força, a restaurá-las.

Qual é a causa mais comum das divisões entre os católicos? Não é o dogma, não são os sacramentos e os ministérios: coisas estas que, por singular graça de Deus, mantemos íntegras e unânimes. É a opção política, quando ela se

sobrepõe àquela religiosa e eclesial e desposa uma ideologia, esquecendo completamente o sentido e o dever da obediência na Igreja.

É isto, em certas partes do mundo, o verdadeiro fator de divisão, ainda que tácito ou indignadamente. Isto é um pecado, no sentido mais estrito do termo. Significa que o “o reino deste mundo” se tornou mais importante, no próprio coração, do que o Reino de Deus. Creio que sejamos todos chamados a fazer um sério exame de consciência sobre isso e a nos convertermos. Esta é, por excelência, a obra daquele cujo nome é “diábolos”, isto é, o divisor, o inimigo que semeia o joio, como o define Jesus em sua parábola (cf. Mt 13,25).

* * *

Devemos aprender do Evangelho e do exemplo de Jesus. Ao redor dele, havia uma forte polarização política. Existiam quatro partidos: Fariseus, Saduceus, Herodianos e Zelotes. Jesus não ficou do lado de nenhum deles e resistiu energicamente à tentativa de ser arrastado para uma parte ou outra. A comunidade cristã primitiva o seguiu fielmente nesta opção. Este é um exemplo sobretudo para os pastores que devem ser pastores de todo o rebanho, não apenas de uma parte dele. São eles, por isso, os primeiros a ter que fazer um sério exame de consciência e se perguntar aonde estão conduzindo o próprio rebanho: se à própria parte (ou ao próprio “partido”), ou à parte de Jesus. O Concílio Vaticano II confia aos leigos, antes de tudo, a tarefa de traduzir as indicações sociais, econômicas e políticas do Evangelho em diferentes opções, desde que sejam sempre respeitadas e pacíficas.

* * *

Se há um dom ou carisma próprio que a Igreja Católica deve cultivar em benefício de todas as Igrejas, este é a unidade. A recente viagem do Santo Padre ao Iraque nos fez ver concretamente o que significa, para quem está oprimido ou afligido por guerras e perseguição, sentir-se parte de um corpo universal, com alguém que pode fazer o resto do mundo escutar o próprio grito e fazer renascer a esperança. Ainda uma vez, cumpriu-se o mandato de Cristo a Pedro: “Confirma os teus irmãos” (Lc 22,32).

Àquele que morreu na cruz “para reconduzir à unidade os filhos de Deus dispersos” (Jo 11,52) elevemos, neste dia, “com coração contrito e espírito humilde”, a oração que a Igreja dirige em cada Missa antes da Comunhão:

Senhor Jesus Cristo, dissestes aos vossos Apóstolos: Eu vos deixo a paz, eu vos dou a minha paz. Não olheis os nossos pecados, mas a fé que anima vossa Igreja; dai-lhe, segundo o vosso desejo, a paz e a unidade. Vós, que sois Deus, com o Pai e o Espírito Santo. Amém.

Traduzido do italiano por P. Ricardo Faria, ofmcap
